

# **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NO ESTADO DO TOCANTINS: uma realidade possível?**

## **EDUCATION AND DEVELOPMENT OF THE RURAL FIELD IN THE STATE OF TOCANTINS: a possible reality?**

**Erna Augusta Denzin Schultz**

Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Universidade Federal do Tocantins - UFT  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO  
ernaugusta@gmail.com

**Elizeu Ribeiro Lira**

Doutor em Geografia - Universidade Federal do Tocantins - UFT  
liraelizeu@uft.edu.br

### **Resumo**

O presente trabalho levanta uma discussão sobre o papel da educação no desenvolvimento do campo no estado do Tocantins. Para isso realizamos uma investigação em duas escolas rurais do estado, a saber: a Escola de Canuanã e a Escola Família Agrícola de Porto Nacional. Por meio das propostas das escolas em questão investigamos as práticas, comparando-as com o discurso de cada uma delas no sentido de verificar o papel que exercem sobre o desenvolvimento do campo. Por fim, com base num conceito de desenvolvimento que não visa apenas o crescimento econômico, mas sim, o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da população, pudemos observar qual das escolas mais se destaca no cumprimento de seu papel enquanto agente promotor de mudanças e desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Campesinato. Agronegócio. Desenvolvimento regional.

### **Abstract**

The present work raises a discussion about the role of education in developing the rural field in the state of Tocantins. To this end a research was conducted in two rural schools in the state: the Canuanã School and the Porto Nacional Family Farm School. Through the educational policies of the schools in question it was possible to investigate their practices, comparing them with the speech of each school in order to verify the role they have on the agricultural field development. Finally, based on a development concept that considers not only economic growth but the population welfare and life quality improvement, we could identify the most prominent school in fulfilling the role of change and development promoter.

**Keywords:** Rural Education. Peasantry. Agribusiness. Regional development.

## **Introdução**

Estudar educação, em especial Educação do Campo, não é tarefa fácil. A diversidade dos sujeitos, as especificidades sociais, políticas e econômicas, além das diferenças étnicas e raciais presentes no campo brasileiro fazem deste um tema bastante complexo. Mais complexa, ainda, é a compreensão sobre a relação de educação com o processo de desenvolvimento do campo.

Por razões históricas do processo de desenvolvimento do capitalismo no mundo, o modo de vida urbano sempre foi mais valorizado que o modo de vida do campo e sempre foi passada a imagem de que tudo o que é urbano é “desenvolvido” enquanto que tudo o que é do campo é “atrasado”.

Modificar essa realidade, tendo como parte do processo de mudanças o sistema educacional, seja ele formal ou informal, é um grande desafio para aqueles que desejam uma sociedade com oportunidades iguais para todos. Dessa forma, os movimentos sociais atuam muito bem no sentido de proporcionar aos camponeses uma educação diferenciada, que atenda as suas necessidades e não reproduza a lógica capitalista de produção agrícola que valoriza muito mais o ter em detrimento do ser.

Diante desse quadro, ficou a inquietação de como a educação no estado do Tocantins tem colaborado para o desenvolvimento do campo.

No intuito de buscar respostas para essa inquietação, foi realizada uma pesquisa em duas escolas do campo do Estado do Tocantins. Uma delas de natureza pública, a saber, a Escola Família Agrícola, de Porto Nacional e outra de natureza privada, a Escola de Canuanã em Formoso do Araguaia. No universo da pesquisa foi fundamental a participação dos professores, diretores e alunos do ensino médio matriculados em 2009 nas duas instituições de ensino. As mesmas foram escolhidas por representarem as esferas pública e privada na educação do campo no Estado do Tocantins, levando-se em consideração também o fato de oferecerem cursos profissionalizantes.

Tendo em vista que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, mas é um processo de transformações no qual também estão incluídas as dimensões humanas e sociais, falar de desenvolvimento do campo requer tratar de temas que busquem diminuir as desigualdades impostas aos camponeses ao longo da história.

---

Portanto, nesse artigo trataremos de temas que promovem o desenvolvimento do campo e como as escolas pesquisadas colaboram para que esse desenvolvimento se torne realidade.

### **A Educação do campo e o processo de (re)construção da identidade camponesa**

O modo de ser camponês é carregado de significados, simbologias e história. As relações culturais, sociais e as relações de trabalho se desenvolvem em uma lógica própria.

Concordando com Castells podemos afirmar que essa lógica própria pode ser definida como a identidade camponesa, pois

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo [...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou, ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2002, p. 22).

Castells afirma também que pode haver identidades múltiplas e que essa pluralidade é fonte de tensão e contradição social. Para entender essa dinâmica se faz necessário diferenciar *identidade* de *papéis*. Em suas palavras “identidades organizam significados e papéis organizam funções” (CASTELLS, 2002, p 23).

A globalização e o avanço da tecnologia obrigaram o camponês a viver na cidade, modificando as relações sociais e culturais. Nesse processo de migração, parte da identidade camponesa foi perdida, fazendo com que o camponês assumisse uma *urbanidade incompleta* que não lhe é própria.

Se é certo que “toda e qualquer identidade é construída” e que “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelação de cunho religioso” (CASTELLS, 2002, p.25), podemos afirmar ser possível (re)construir essa identidade outrora perdida na medida em que (re)organizamos os significados do ser camponês.

Movimentos sociais se fizeram muito atuantes na luta pela preservação do campesinato no sentido de resgatar o modo de ser dessa classe tão esquecida, cujos discursos dominantes pregavam até mesmo a sua extinção. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Comissão Pastoral da Terra

---

– CPT, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES e outros movimentos se organizam para que, por meio da educação (formal, não-formal e informal) esse modo de viver e de ser não caia em desuso.

No entendimento do MST e demais movimentos que defendem o mesmo ideal, o termo camponês não é apenas uma palavra para denominar um morador do campo, mas é carregado de sentimentos sociais, culturais, éticos e morais. O campesinato é mais que um simples setor da economia, uma forma de produção ou simplesmente um modo de vida. Deve ser entendido como uma classe social, com padrões de relações sociais próprios e distintos, que é marcada fortemente pelas guerras do passado e pelas lutas contemporâneas pela posse da terra em várias regiões do mundo.

Os movimentos sociais entendem que a escola é um dos lugares nos quais ocorrem o processo de (re)construção da identidade camponesa e por essa razão, a escola do campo necessita de uma pedagogia diferenciada. De forma que o MST, por conhecer o problema, adota uma pedagogia própria que, além de permitir a reconstrução da identidade camponesa, tem um objetivo bastante específico de continuidade do movimento. Outros movimentos, como a CPT e o MEPES, optaram pela adoção da Pedagogia da Alternância como a mais apropriada para fortalecer a identidade camponesa.

Com base nos conceitos de identidade acima descritos e na certeza de que o conceito de camponês denota uma classe social cuja identidade não pode ser perdida, o que ora se propõe é fazer uma análise de como as escolas pesquisadas estão cumprindo essa função.

Na busca pela (re)construção da identidade camponesa, movimentos sociais desenvolvem a educação dos camponeses por meio de uma proposta diferenciada. Para atingir o propósito a que se presta, a educação camponesa deve ter formas flexíveis de organização, os professores devem receber formação profissional adequada ao trabalho com e para camponeses. As especificidades dos alunos devem ser atendidas, bem como as exigências do meio. Também se faz necessário que se utilize uma pedagogia formadora de sujeitos críticos e autônomos, com a valorização dos saberes, espaços e tempos de aprendizagem e ter a escola como um lugar vinculado à realidade local. Esses aspectos trabalhados conjuntamente devem colaborar para a emancipação do ser, nesse caso do ser camponês.

Nesse contexto, tornam-se princípios fundamentais da educação camponesa a transformação social e valores como justiça social, democracia, solidariedade e valores humanistas. Além disso, a educação camponesa deve pautar-se na educação para a lida no campo, desvinculando-se do modo de produção capitalista que prega uma educação para o mercado de trabalho. Deve sempre buscar a solução de problemas reais da comunidade, para garantir a permanência do camponês no campo, respeitando sua cultura e melhorando sua qualidade de vida.

Uma educação emancipadora, voltada para as várias dimensões da pessoa humana, as quais envolvem concepções políticas, ideológicas, tradicionais, morais, culturais, estéticas afetivas e religiosas e que se constitui num processo permanente de (trans)formação dos camponeses preparando-os para relacionar-se com a modernidade sem perder suas principais características.

O questionamento a que nos reportamos nesse artigo é se as escolas pesquisadas estão colaborando para a (re)construção da identidade camponesa dos educandos ou se apenas apresentam conhecimentos científicos voltados para o aperfeiçoamento técnico-profissional.

A Escola de Canuanã tem sua organização determinada pelo Programa de Gestão Escolar, desenvolvido pela entidade mantenedora e segue um modelo tradicional, empresarial. Já a EFA possui uma proposta de gestão compartilhada e conta com a participação de todos os segmentos da comunidade – professores, alunos, pais e funcionários nas decisões sobre sua forma de atuação.

Para ser professor em Canuanã é necessário passar por uma fase de adaptações, uma vez que os professores passam a morar na escola, que é internato e está situada no campo. Entretanto, para esse professor, não é necessário passar por um processo de formação específico em educação camponesa no sentido da compreensão do conceito de camponês difundido pelos movimentos sociais. O conteúdo trabalhado em Canuanã trata o camponês apenas como um morador do campo.

Na EFA, os professores passam por um processo de formação continuada, participando dos eventos promovidos pelas EFA's e Casas Família Agrícolas – CFA's – em nível regional e nacional. Promovem momentos para discutir a educação do campo a partir do entendimento do campesinato e para incentivar a luta pelos direitos do camponês. Isso fica claro no Projeto Político Pedagógico quando trata da formação continuada de seus profissionais

A formação inicial e continuada desses servidores, famílias, lideranças comunitárias, jovens estudantes e ex-estudantes, vem sendo feita de forma articulada a nível local, regional, nacional e internacional, por meio da Associação local da escola, da AEFACOT - Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro-Oeste e Tocantins, UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil e AIMFR – Associação Internacional Maisons Familiares Rurales. São essas organizações que vêm garantindo os princípios da Pedagogia da Alternância nas Escolas Famílias Agrícolas. Há ainda as formações continuadas internas da Equipe Escolar e as oferecidas pela SEDUC (ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA..., 2009, p.17).

Com respeito ao atendimento das necessidades dos educandos, é possível afirmar que Canuanã atende em parte. Isso porque promove uma educação técnico-profissional voltada aos interesses dos alunos no sentido de apresentar conteúdos relacionados à vida no campo, buscando melhorar também as condições da família.

Na escola, os alunos aprendem a lidar com o trabalho do campo e podem aplicar os conhecimentos aprendidos nas propriedades rurais dos pais. Também muitos de seus projetos científicos buscam desenvolver tecnologias que possam ser utilizadas nas pequenas propriedades onde residem. Isso se comprova pela fala de um dos professores de Canuanã em entrevista, quando diz que “a grande maioria dos projetos [...] é pensando na sustentabilidade do campo. Ver métodos alternativos que não seja a tecnologia da escola e implantar isso na propriedade do pai dele”. Entretanto, esses projetos, apesar de sugeridos pelos alunos, não partem da propriedade ou da comunidade, e sim da escola. Além disso, desenvolve uma educação voltada à profissionalização para atuar em grandes fazendas e aos órgãos extensionistas, não voltadas ao desenvolvimento da propriedade. Vejamos o que disseram os professores em entrevista:

A escola forma não só um bom técnico. Forma um grande profissional. [...] a ênfase não só é para a agricultura patronal, mas para órgãos de extensão. Por quê? Porque a estrutura das unidades de produção familiar na região dos pais, no caso, dos pais dos alunos não oferece condições (Entrevista concedida dia 11 de novembro de 2009).

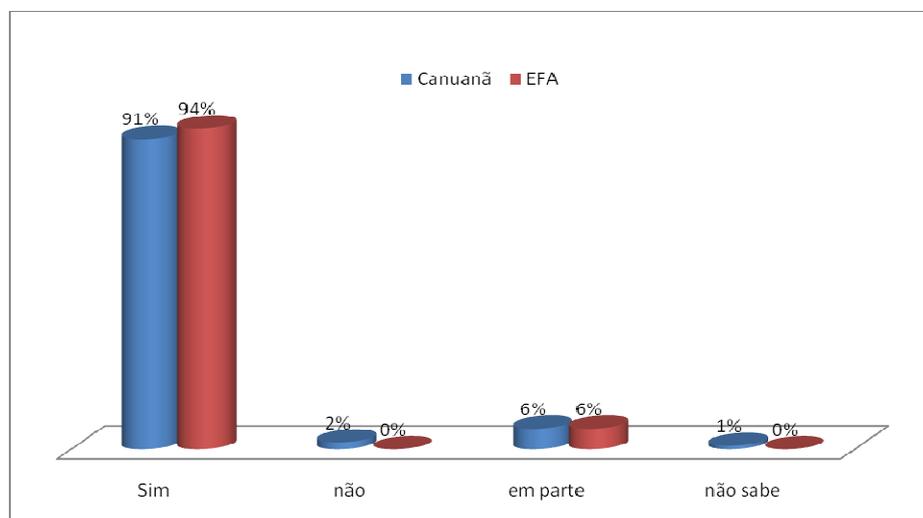
Situação diferenciada vive a EFA pois, as ações pedagógicas desenvolvidas com base no Plano de Estudos tem por princípio praticar uma educação que parte da busca por solução de um problema real vivenciado pela comunidade. Como declarou um professor em entrevista: “nós temos estudantes que falam ‘eu quero estudar isso, eu quero ver isso’, depende muito da região”. E ainda

No geral, os meninos que estudam, aproveitam, participam desse projeto efetivamente, eles transformam a propriedade em que eles vivem [...] para melhor. [...] Aumenta a renda, busca desenvolver, evita degradar o próprio meio.[...] No geral a escola é muito bem vista na comunidade. Há um apego muito grande pela escola, pelo aprendizado da escola. Nós temos pais que buscam o conhecimento aqui na escola pra levar pra propriedade, pra desenvolver a propriedade. [...] Teve um caso de um aluno aqui da escola que ele não gosta de colocar a mão na massa, mas a gente se surpreendeu quando chegamos lá na propriedade dele. Era como se você tivesse chegado num modelo de EFA. Tudo o que ele aprende aqui, ele tenta levar pra lá. Ele é um cara politizado já, né, ele consegue convencer o pai que daquela forma é melhor e...embora ele não põe a mão na massa, ele coloca o pai dele...(risos). (Entrevista concedida dia 14 de dezembro de 2009)

Com o intuito de verificar como os estudantes percebem se os conteúdos desenvolvidos pelas escolas estão realmente voltados aos aspectos da vida no campo bem como aos seus interesses, levantamos duas questões:

- Os conteúdos desenvolvidos na escola são apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos que residem no campo?
- Em sua opinião, os conteúdos das aulas estão realmente voltados para os aspectos da vida no campo?

O somatório das respostas encontram-se expostas no Gráfico 1.



**Gráfico 1 - Conteúdo desenvolvido nas escolas e atendimento das necessidades dos alunos do campo**  
Fonte: resultado de pesquisa de campo – organizado pela autora

Como se observou, quando perguntado aos alunos das duas escolas se os conteúdos desenvolvidos atendem as suas necessidades e proporcionam aprendizado para a vida no campo, apesar de haver uma mínima diferença, no entendimento dos alunos, ambas as escolas atendem a esses requisitos, provendo aos alunos conteúdo que realmente fazem significado em suas vidas.

No que se refere à criticidade e autonomia, bem como à valorização dos saberes, espaços e tempos de aprendizagem, podemos dizer que na EFA é bastante presente. Ali o aluno aprende na escola, em casa com a família e na comunidade. No período em que os alunos passam em casa, existem tarefas que precisam ser cumpridas envolvendo a família e a comunidade. Também busca a formação do sujeito crítico e autônomo, mas com uma formação voltada ao campesinato enquanto uma classe social que precisa fazer-se atuante e ouvida. A EFA procura formar um cidadão mais politizado, mais consciente de seu papel em defesa da vida no campo.

Formação integral se dá também pelo aprendizado que não se dá só aqui na escola. Ele aprende no tempo que ele está nas famílias e no tempo que ele tá na escola também. Então todas as ações que ele faz na família é aprendizado que deve ser trazido de volta pra escola, pra que a escola possa aprimorar isso e eles devolver como retorno de volta pras famílias. [...] Então daí ele sai da família e vai pra comunidade. [...] Então vai discutir a escola da comunidade, a história da comunidade, a organização da comunidade, a política da comunidade. [...] e quando você vê aquele indivíduo que chegou de uma forma, não politizado, não sociável, aquele indivíduo que provocava muito tumulto e você vê ele sair daqui transformado, você vê ele saindo daqui defendendo uma causa comunitária, sair daqui uma pessoa totalmente diferente [...] Eu acho que...vale a pena (Entrevista concedida dia 14 de dezembro de 2009).

A Escola de Canuanã atua em regime de internato, no qual os alunos permanecem o ano todo e durante boa parte da sua vida, pois tem alunos que ingressam aos 7 anos de idade e de lá só saem aos 17 ou 18 anos. O espaço e o tempo que os alunos conhecem para o aprendizado é o espaço e o tempo vivenciado na escola. Como já exposto anteriormente, a proposta pedagógica da escola é voltada para formar um cidadão “crítico” e autônomo, mas esse sujeito crítico e autônomo não precisa, necessariamente, estar voltado às necessidades da classe camponesa. Ele precisa, impreterivelmente, é do entendimento das tecnologias rurais e da dinâmica dos mercados de produtos e serviços, tornando-se assim um aprendizado mais individual e competitivo. A família e a comunidade são coadjuvantes no processo e não participantes ativos. Todo saber e todo conhecimento podem ser encontrados somente na escola.

Apesar de ser uma escola fazenda e de ter atividades relacionadas à vida do campo, as instalações da Escola Canuanã são instalações que retratam uma agricultura capitalista, de grandes propriedades e monocultoras, não camponesas. São totalmente voltadas ao agronegócio, com tecnologias bastante avançadas. Muito diferente da

---

realidade cotidiana dos familiares dos alunos que lá estudam, que em muitos lugares ainda nem dispõem de energia elétrica em sua propriedade. A escola não é o lugar onde são discutidos os problemas reais da comunidade ou os problemas das famílias, os quais são tratados de forma generalizada. A escola é o lugar onde se busca conhecimento e tecnologia para poder atuar bem na sua profissão. Os próprios professores reconhecem essa distância entre a realidade do aluno e a escola quando dizem:

A função da escola é a educação do aluno. A escola de Canuanã é uma referência de educação, de tecnologia. A escola [...] em termos de tecnologia e em termos de estrutura, ela é fora do padrão da região. Acredito que no máximo uma ou duas fazendas vão ter a mesma estrutura em toda a região. [...] Esse menino vem pra cá e aprende numa tecnologia que é fora da realidade dele, que ele não tem em casa. [...] (Entrevista concedida dia 14 de dezembro de 2009).

De outra forma o modelo da Pedagogia da Alternância, objetiva introduzir a realidade das famílias para dentro da escola, onde é discutida a possibilidade de ser transformada pela atuação dos próprios educandos.

A respeito dessa educação libertadora para autonomia trataremos logo mais, porém, adiantamos que educar para a emancipação do ser é cuidar do ser humano em todas as suas dimensões, a saber: político-ideológica, organizativa, técnico-profissional, caráter, moral, cultural, estética, afetiva e religiosa.

Por essa razão, os princípios educacionais que buscam manter a identidade camponesa devem ser princípios que busquem a verdadeira igualdade entre os indivíduos. Justiça social, democracia, trabalho e cooperação, valores humanistas e demais dimensões da pessoa humana devem ser temas amplamente discutidos no ambiente escolar.

Diante do exposto, podemos afirmar que, com respeito à (re)construção da identidade camponesa, a atuação da EFA se mostra mais eficaz, quando por sua vez busca a emancipação dos educandos que por ela passam. Uma valorização diferenciada da proposta do MST, que é mais enfática no sentido da permanência na terra e da consciência das lutas de classe, porém com uma consciência de identidade que estará presente na vida do aluno, onde quer que ele venha a atuar.

Segundo os professores da EFA o discurso de permanência do homem no campo já foi transformado e o que as EFA's pretendem, na atualidade, é proporcionar o

reconhecer-se como camponês, mesmo quando o sujeito não permanece no campo. Entretanto, essa fala pertence aos professores entrevistados, não tendo sido encontrado na literatura algo que realmente fundamente esse posicionamento do movimento nacional.

Ainda conforme a entrevista com os professores, o que se procura fazer é que mesmo que esse aluno opte por não permanecer no campo, ele execute atividades por meio das quais possa defender os interesses da classe camponesa, no que diz respeito aos seus direitos. É defender a causa camponesa, mesmo não morando no campo. Isso pode ser verificado pelo trecho da entrevista com os professores da EFA:

Então a gente entende que quando a gente trabalha todos esses aspectos, incentivando ele a ver essa realidade e a pensar sua própria realidade, ele vai aos poucos se valorizando em cima do seu processo pessoal da realidade que ele vive. E aí.. aqui, assim, é muito forte pros alunos essa questão do valor pela vida do campo. [...] Eles trazem muitos traços do jovem da cidade. Eles tem essa mistura muito confusa, mas, assim, o fato da gente trabalhar muito aqui na escola essa valorização cultura camponesa, do homem do campo, como pessoa em qualquer espaço que ele vivencia, vai ajudando um aspecto que é muito forte neles que é se aceitar como camponês e a se valorizar em qualquer ambiente [...]. O trabalho feito ajuda eles, pelo menos, a se aceitar enquanto camponês. Então se um jovem nosso hoje sai daqui da EFA e vai pra universidade ele encontra o espaço dele lá como camponês. Não mais que ele tenha que sair daqui da EFA, que era um meio do campo, e ir na Universidade e pronto, vou ter que voltar pro ritmo porque eu estou lá. Não! Ele se assume como camponês lá dentro.[...] Nós temos vários jovens hoje, sobretudo aqui na Universidade Federal. O primeiro jovem nosso, que foi pra lá, pra Universidade, eu lembro que o primeiro texto dele na universidade – que ele fazia o curso de Letras – foi “o jovem do campo e a universidade”, foi o primeiro texto que ele produziu. Então ele fez todo um resgate do que é um jovem do campo dentro da Universidade [...] Onde quer que eles estejam eles acabam defendendo um pouco o aspecto do campo, trazendo um pouco pra dentro do espaço...Trabalham uma outra visão do campo. Não é mais aquela visão do homem do campo como atrasado, como Jeca Tatu, que se pinta por aí há muito tempo[...] Eu acredito que a EFA, ela traz um leque de informações, né, que abre a visão, dando oportunidade por estudante ter posição e decidir que ele quer da vida dele. Ele pode querer ser um agricultor familiar, ele pode ser um grande agricultor, ele pode ser, quer dizer, dificilmente, dificilmente ele vai estar sonhando com esse..., da forma como nós trabalhamos com esse grande, né? Mas na verdade, as informações nós não vamos é...como é que fala, é... podar nenhuma. Elas são abertas. Nós vamos falar tanto do grande, quanto do agricultor familiar, quanto do agronegócio. Aí é opção de vida. É ele lá na frente como técnico, como profissional, como....é que ele vai decidir a vida dele. Ele vai buscar e vai correr o sonho dele. Ele é que vai definir o sonho dele. (Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2009).

Talvez essa mudança de pensamento esteja trazendo à tona as raízes pedagógicas das EFA's, pautadas num pensamento contrário ao tradicionalismo, mas que, entretanto, não se desvincula do pensamento liberal voltado para a individualidade e competitividade.

---

Ajudar a (re)construir e preservar aspectos sociais, culturais, éticos e morais de uma classe social, com padrões próprios e distintos, que foi histórica e deliberadamente deixada à margem de um sistema, é algo bastante complexo. Em especial em um mundo onde as relações de produção capitalistas se renovam sempre a seu favor. Justamente por sua complexidade é preciso que as escolas do campo repensem sua forma de atuar e busquem, por meio de uma prática pedagógica adequada, trazer de volta aos camponeses a sua história, a sua importância e o seu orgulho. Permitir o acesso ao conhecimento científico, às tecnologias sem, entretanto, deixar de atender suas necessidades e especificidades no que concerne ao seu modo de ser e de produzir e de reproduzir.

### **Educação e caráter social do trabalho camponês**

O viver no campo é um viver voltado para a natureza, não somente para a paisagem, mas para as forças que compõem a própria natureza do homem. Ao utilizar sua força física e intelectual para modificar aspectos naturais e torná-los úteis para sua vida, o homem desenvolve sua capacidade criativa e aprimora seus conhecimentos e, nesse sentido, o trabalho deixa de ser apenas uma função de produção e passa a ser uma alternativa que faz do homem aquilo que ele quer ser e pelo qual se realiza.

No imaginário camponês, terra, família e trabalho norteiam o seu modo de ser, sua vida e sua moral. Para o camponês, a terra é terra de trabalho e não terra de negócio, pois a propriedade/posse da terra, por meio do trabalho autônomo, garante o sustento da família.

É exatamente pelo valor dado ao trabalho que o camponês não explora o trabalho de outrem para produzir. Também não vê o trabalho da família apenas como mão de obra, mas como a garantia da manutenção de sua vida e manutenção de suas tradições, festas, dias santos, entre outros.

O trabalho do camponês produz para seu próprio sustento, vendendo o excedente para comprar mercadorias que não consegue produzir, mas necessita para sobreviver, mantendo uma lógica contrária ao capital (que transforma dinheiro em mercadoria para ganhar mais dinheiro). Na lógica camponesa, o trabalho tem valor de uso e não valor de troca, no qual cada membro da família trabalha para suprir uma necessidade de todo o grupo e assim, de forma coletiva e cooperativa, o trabalho de todos garante a sua (re)produção.

Dessa característica do trabalho familiar, coletivo e cooperativo, nascem outras relações de trabalho que contribuem e sustentam o modo de produção do campesinato. Oliveira (1997) apresenta algumas dessas relações, a saber, o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceira.

É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém, essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família (OLIVEIRA, 1997, p. 56).

Nota-se que podem existir relações de trabalho assalariado numa unidade de produção camponesa. Isso acontece porque, conforme a época do ciclo agrícola, não há membros na família que sejam suficientes para realizar o trabalho com a urgência que o mesmo exige. Contrata-se, então, o trabalhador temporário, que Oliveira (1997), chama de trabalho acessório, cujas relações não são relações capitalistas, pois os trabalhadores assalariados não são necessariamente desprovidos de terras, mas que está em tempo ocioso na sua propriedade ou na de seus pais. Ainda é preciso ressaltar que, ao contratar um trabalhador temporário, o camponês destinará o resultado financeiro obtido por aquela força de trabalho ao consumo das necessidades de sua família, e não ao lucro.

Mas o trabalho assalariado não é a única maneira pela qual o camponês supre a sua necessidade extra de mão de obra. A família camponesa pode lançar mão da ajuda mútua. Ela pode aparecer tanto na forma de mutirão como pela troca de dias trabalhados. As duas são práticas muito comuns entre camponeses de uma mesma região. Na época da colheita, os camponeses se juntam e colhem em rodízio de propriedades, garantindo assim mão de obra satisfatória para que nenhuma colheita seja prejudicada. Todos se ajudam sem a necessidade de desembolso financeiro.

A parceria se dá quando o camponês contrata um parceiro e divide com ele custos e ganhos para suprir a necessidade de capital que poderia levar ambos a não produzir. Nesse caso, também não existe desembolso financeiro para pagar a mão de obra, mas o trabalho é remunerado pelo resultado da colheita, que é dividido entre ambos.

Ao se falar em caráter social do trabalho camponês, não poderíamos deixar de falar sobre o trabalho das crianças. Em uma unidade de produção camponesa não se pode encarar o trabalho de uma criança como uma forma de exploração do trabalho

infantil, mas como uma forma de garantir a (re)produção camponesa. A grafia é mesmo (re)produção, porque não apenas estamos falando de manter a produção pela força do trabalho familiar, mas porque é por meio dessa iniciação precoce nas atividades laborais que o camponês pode continuar a existir como classe. Iniciar as crianças no trabalho do campo é condição social para a sobrevivência do campesinato e a permanência do camponês no campo. Isso não significa, entretanto, ceifar a infância ou não permitir que as atividades próprias de criança aconteçam. As crianças vão para a escola, brincam, se divertem, entretanto, cada uma delas já tem sua atividade que auxilia no trabalho diário. A exemplo, o MST criou a figura do “Sem-terrinha”, ou seja, uma maneira de incluir as crianças para a continuidade da luta pela Reforma Agrária.

Outra característica peculiar do trabalho camponês diz respeito à jornada de trabalho. Sendo a natureza da produção camponesa sazonal, o horário de trabalho do camponês não possui características rígidas, alternando períodos nos quais se exige trabalhar de sol a sol, respeitando apenas os dias santos, com outros nos quais há ociosidade. Essa ociosidade sazonal permite ao camponês ofertar mão de obra assalariada em outra unidade produtiva ou dedicar-se à realização de trabalhos artesanais para complementar sua renda.

Para o camponês o resultado do trabalho não é desvinculado de quem o realiza, mas o trabalhador é dono do resultado de seu trabalho. Desse modo, uma educação do campo que pretende fortificar a relação trabalho/camponês deve concebê-la como uma educação pelo trabalho social, ou seja, é essa forma de trabalho que educa o camponês no seu pensar, sentir e agir diferente do capitalista.

É fato que, para melhorar sua capacidade de produção e, conseqüentemente, sua qualidade de vida, os camponeses precisam desenvolver suas competências, habilidades e conhecimentos técnicos. Mas uma educação pautada somente em capacitações e treinamentos acaba por transformar o trabalho camponês em força produtiva para o capital.

A concepção de educação para o trabalho, voltada às necessidades do camponês, deve também priorizar o trabalho intelectual e não somente o trabalho manual.

O camponês não tem necessidade apenas de aprender novas técnicas para melhorar sua produção, mas tem também necessidade de aprender como essa característica de trabalho familiar, coletivo e cooperativo pode ser gerido de forma a melhorar a qualidade de vida dos camponeses. Assim, incentivar o trabalho intelectual é

---

desenvolver lideranças em prol da continuidade do campesinato, de sua cultura e de seus valores.

Por todas as razões já discutidas anteriormente, podemos afirmar mais uma vez que a Escola de Canuanã, de Formoso do Araguaia, não apresenta uma educação voltada ao campesinato, mas sim ao capitalismo no campo. Incentiva, claramente, as relações de trabalho assalariado, com valor de troca e não com valor de uso.

A partir da década de 1990 a Escola de Canuanã começa a aceitar os filhos de assentados provenientes da Ilha do Bananal e inicia atividades de formação junto às famílias dos assentados através dos projetos de Formação Inicial e Continuada – FIC. A FIC oferece cursos de curta duração, geralmente com quarenta horas, de acordo com a demanda da comunidade. Nesses cursos são repassadas técnicas de industrialização dos produtos pecuários, tais como embutidos de carne e/ derivados de leite, como uma forma de diversificação da produção camponesa e do trabalho autônomo. Embora sejam cursos de capacitação técnica e voltados à industrialização dos produtos do campo, auxiliam o pequeno produtor, nos momentos ociosos da produção agropecuária, a ter uma fonte de renda alternativa na própria propriedade e que pode ser realizada pela ajuda mútua ou mesmo pela parceria.

Nos projetos de FIC, bem como em outros realizados pela escola, há um incentivo muito grande para que os assentados da região, que hoje dão preferência pela atividade de pecuária de corte – muito tradicional na região – diversifiquem sua produção não só pecuária, mas também agrícola, incentivando formas de culturas variadas que venham suprir as necessidades alimentares do camponês. Vejamos o que obtivemos em entrevista:

A gente percebe um movimento muito forte no sentido de organização da casa, no sentido de melhoria de pastagem de gado, no sentido de produção de leite...isso a gente tem percebido. Tem um assentado que vendeu todo o gado branco dele, ele não tem mais nem uma cabeça de gado Nelore. Ele só tem gado de leite agora. E o gado Nelore, como que eles trabalhavam? que é uma coisa bem inusitada aqui da região [...] Eles tem lá suas vinte vaquinhas de gado de corte. Então eles ficam rezando pra aquela vaca enxertar. Quando a vaca enxerta, ele já vende para as pessoas aqui de volta o bezerro por R\$ 150,00. A vaca nem pariu ainda, mas o bezerro já está vendido. Então ele pega aquele R\$ 150,00 e vai comprar arroz, vai comprar feijão para viver. Só que a vaca quando pari, ela pode parir uma fêmea e ele tem entregar um macho. Aí ele vai ter que pegar um macho em outro lugar e vai ter que entregar esse bezerro pro rapaz que comprou com 7 meses de desmamado. Então quem comprou o bezerro a R\$ 150,00 há 10 meses atrás vai pegar e vai

---

vender por R\$ 450,00 de imediato. Ganhou R\$ 300,00 sem fazer nada. Então eu falo pra eles que esse é o modo mais é.....absurdo de escravidão. [...] É um ciclo vicioso que vocês tem que quebrar. E acho que o leite entrou nisso pra quebrar. Então aqueles R\$ 150,00 que ele precisava pra comprar comida ele tira do leite (Entrevista concedida em 12 de novembro de 2009).

Na EFA, a própria razão da sua existência é uma afirmação do comprometimento com uma educação para o campesinato. Ao respeitar o espaço de trabalho enquanto um espaço formativo reforça o sentimento do trabalho como um valor de uso.

Entretanto, de acordo com a entrevista realizada com os professores da unidade de Porto Nacional, nos foi apresentada a mudança de natureza da proposta educacional das EFA's em nível nacional, que antes era de lutar pela permanência no campo, ao longo dos anos tem se modificado, dando-nos a impressão de que há uma certa acomodação diante da situação que o capitalismo, por meio do agronegócio, está impondo ao campo.

Repensar esse nosso discurso, que é um discurso muito ousado pra gente tentar tá divulgando, tá fazendo tanta ênfase por aí. Então o que a gente acredita hoje: que a gente trabalha numa proposta específica para o campo, na condição de que seja no campo, seja na cidade o jovem tenha uma vida qualificada, não é? Se for no campo, melhor ainda, que o sonho nosso é investir na qualidade de vida no campo. Mas, o que nós acreditamos hoje é assim: se o jovem sair daqui dessa escola, e trabalhou, passou por todo esse processo nessa visão, onde quer que ele atuar ele vai atuar de forma qualificada [...] Hoje a gente discute muito isso sim, trabalhar e incentivar o jovem pra investir na formação dele pra que ele possa oferecer qualidade de vida onde ele estiver. Seja no campo seja na cidade, que seja uma vida qualificada (Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2009).

Assim, podemos perceber que mudanças estão acontecendo e está surgindo um novo modelo de produção no campo, no qual campesinato e capitalismo passam por uma relação contraditória de coexistência. Por essa razão, devemos refletir se o discurso escolar sobre autonomia e emancipação – um dos princípios que reforçam a identidade camponesa e que, por sua vez, relacionam-se diretamente com o valor do trabalho no campo – são realidade ou apenas um discurso do capitalismo agrário para sujeitar a si o trabalho camponês.

---

**Educação e autonomia no campo: utopia ou realidade?**

Proporcionar uma educação voltada para a autonomia do ser é objetivo presente nas duas escolas pesquisadas.

Interessante é notar que as escolas pesquisadas, teoricamente, deveriam apresentar propostas diferentes para o conceito de autonomia, haja vista apresentarem propostas diferenciadas de educação. Mas o que percebemos foi que as duas se fundamentam no pensamento de Paulo Freire para nortear suas ações.

Na busca de uma resposta para essa intrigante semelhança, encontramos no texto de Ribeiro (2009), um estudo teórico sobre liberdade, autonomia e emancipação nos pensamentos pedagógicos que fundamentam os modelos de educação no campo que vem se firmando no Brasil e, conseqüentemente no estado do Tocantins.

Ribeiro (2009) destaca que os movimentos sociais que desenvolvem programas de educação no campo (MST, EFA's, CFA's, entre outros) fundamentam suas ações pedagógicas em duas vertentes teóricas que são bastante diferentes.

Em seus estudos verificou-se que a vertente teórica que fundamenta a ação pedagógica das EFA's e CFA's é liberal, tendo como principais representantes Dewey (Escola Nova) e Piaget (construtivismo). Já a proposta do MST e Via Campesina fundamentam sua ação pedagógica no modelo de educação socialista russo, dos quais se destacam os pensadores Pistrak, Makarenko e Krupskaya. Entretanto, apesar de terem raízes epistemológicas diferenciadas, possuem um ponto em comum, que é a pedagogia freireana. (RIBEIRO, 2009)

Trabalhando com a alfabetização de adultos, Freire (2005) idealizou e sistematizou uma forma de educar o jovem e o adulto, na qual pretendia tornar o aluno capaz de mudar a sua realidade. Em seu pensamento, a educação deve buscar a libertação, fazendo com que as pessoas sejam sujeitos de sua história e do seu conhecimento. A educação deve permitir ao indivíduo uma leitura crítica de sua realidade para poder agir sobre ela e transformá-la. Outra questão defendida por Freire (2005) é o fato de que a escola não deve ser reprodutora das desigualdades sociais, que ensina a dependência e a passividade, mas sim deve incentivar a autonomia e a emancipação humana.

---

O caráter emancipante da pedagogia freireana destaca-se principalmente em três pontos: a) na perspectiva epistemológica, que rompe com a tradição filosófica e pedagógica autoritária importada, encaminhando-se à formulação de um pensamento educacional brasileiro autônomo; b) na educação popular como projeto de classe, que se amplia para abarcar, além dos pobres, todos os seres humanos que, de algum modo, vivenciam situações de opressão e discriminação – as quais ultrapassam as relações sociais de produção –, como as mulheres, os negros, os índios, os migrantes, os meninos de rua; c) na ação política em que o exercício da liberdade nos leva à necessidade de optar e esta à impossibilidade de ser neutros (RIBEIRO, 2009, p. 434).

Ao defender uma educação que busca fazer do sujeito um ser capaz de reconhecer, criticar e modificar a própria realidade de opressão na qual se encontra, que busca não tolerar qualquer tipo de discriminação social e despertar uma consciência política e de classe que tiram o indivíduo da sua neutralidade, a pedagogia freireana mostra-se capaz de atender aos anseios dos movimentos sociais do campo.

De acordo com o pensamento de Freire (2005), uma educação que busque a autonomia do ser precisa seguir alguns princípios, dentre os quais se destacam: o respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reconhecimento e assunção da identidade cultural, humildade, tolerância e luta em defesa de seus direitos, curiosidade e a convicção de que a mudança é possível.

Com base nessa concepção de autonomia, podemos afirmar que nenhum tipo de conhecimento pode ser negligenciado na educação camponesa. É preciso que se apresente ao educando todas as possibilidades, dando a ele o direito de escolha, mas uma escolha crítica, que não despreze sua identidade.

Nesse sentido, a escola deve proporcionar uma educação que busque trabalhar todos os aspectos do ser humano, uma educação holística, que desenvolva o ser em todas as suas dimensões: político-ideológica, organizativa, técnico-profissional, caráter, moral, cultural, estética, afetiva e religiosa.

Por meio do questionário, buscamos obter dos alunos alguns aspectos dessa educação integral do ser, em especial no que diz respeito à participação de todos os atores envolvidos no processo educacional, nas decisões da escola, aos tipos de atividades que a escola proporciona aos seus alunos além da educação formal e dos conhecimentos científicos.

Pela análise dos projetos pedagógicos e pela análise qualitativa do discurso

---

relacionado com a prática observada, foi possível identificar o desenvolvimento de projetos e atividades da escola que procuram desenvolver as dimensões da educação integral.

Assim, foi possível observar que as duas escolas realizam atividades que buscam desenvolver os aspectos relacionados ao caráter, à moral, à afetividade, à sexualidade, à liberdade religiosa. No tocante às expressões culturais, esportivas e de lazer, verificou-se que as duas escolas desenvolvem atividades relacionadas à música, dança e atividades esportivas.

No entanto, é preciso retomar o significado de educar para a autonomia e emancipação. No contexto do campo, a autonomia relaciona-se com o exercício do trabalho camponês, que deve ser autônomo, livre de qualquer forma de alienação. Dessa forma, não basta oferecer atividades que desenvolvam todas as dimensões do ser. É preciso que se faça também uma análise de como essas formas de expressão estão colaborando para promover, ou não, o trabalho autônomo. Quando a escola oferece aulas de inglês, de dança, de teatro ou outra atividade qualquer, precisamos perceber se tais atividades buscam transformar o camponês em trabalhador assalariado (alienação do camponês e sua inclusão no mercado de trabalho), ou se estão promovendo a autonomia e a emancipação sem interferir no modo de vida camponês.

Sendo assim, observamos que a EFA apresenta uma proposta mais próxima do pensamento autônomo de Freire (2005) quando diz que, como escola, não nega nenhum tipo de conhecimento ao educando. Mas que, por sua natureza de escola do campo, suas ações também reforçam a cultura camponesa como uma forma de preservar a identidade e a classe camponesa, lutando sempre pelos seus direitos, em especial no que se refere trabalho camponês. Vejamos o que afirmam os professores da EFA

Uma outra coisa dentro da formação integral é que a gente trabalha os aspectos, é...vários aspectos: filosóficos, humanos, éticos, artísticos, então você abrange um conjunto de aspectos que não está só no aspecto científico. Que é o que a escola convencional ainda faz muito. Trabalha muito o aspecto científico. E aqui a gente trabalha o científico, o espiritual, o humano, o filosófico, o artístico. Então você junta um conjunto de princípios que você trabalha com eles e a gente entende que, trabalhando todos esses aspectos, nós estamos trabalhando o aspecto do ser humano, da pessoa como um todo e não só o aspecto do conhecimento (Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2009)

Ao proporcionar uma educação que envolve nas suas práticas todas as partes interessadas no processo, a EFA procura mostrar que quando uma classe se organiza e luta

---

pelos seus direitos, mesmo tendo que conviver – e em alguns momentos se sujeitar – com o capital, pode conquistar benefícios coletivos e melhorar a qualidade de vida de todos.

Para a EFA, a autonomia não é uma utopia, mas uma realidade vivenciada a cada dia de trabalho seja na escola, na comunidade ou na família. Também presenciamos uma educação para a autonomia nas escolas do campo do município de Palmas, que vivenciam hoje uma educação de tempo integral, com conteúdos voltados ao atendimento das necessidades dos educandos. Mas, quanto às outras escolas no campo do Estado não se tem clareza sobre quais tipos de políticas públicas o governo está efetivamente desenvolvendo para que a autonomia do campo no Tocantins não seja apenas um sonho impossível de ser realizado.

Seguidamente, nas entrevistas realizadas ouvimos os docentes, discentes e comunidade afirmando que o que falta no campo são políticas públicas voltadas para a preservação da agricultura camponesa.

Então, reforçamos, aqui, o fato de que o discurso do Plano Estadual de Educação proporciona o desenvolvimento dessa autonomia do campo, porém, enquanto estiver somente no papel, o campo estará reproduzindo uma educação urbanizada, em condições precárias e sem interesse para os educandos.

Enquanto os governos municipais e estaduais acreditarem que o transporte escolar resolve o problema da precariedade da educação no campo e, enquanto as escolas no campo estiverem se prestando, apenas a reproduzir uma educação urbana, se nunca houver vontade política que promova a autonomia nessas escolas, transformando-as em espaços de discussão permanente sobre a conscientização do camponês como pertencente a uma classe social que constrói, historicamente, seu próprio futuro, sua realidade e, subjetivamente, na luta cotidiana, sua utopia, a educação nunca será “do campo”.

O tipo de educação que promove o desenvolvimento do campo não pode fundamentar-se numa educação que transforme o camponês em proletário ou em escravos temporários, mas que, mantendo sua identidade e autonomia, desenvolva o campo mantendo sua diversidade, tradições e contradições.

### **As escolas e sua contribuição para o desenvolvimento do campo no Estado do Tocantins**

Para falar em desenvolvimento do campo é preciso, antes de qualquer coisa, esclarecer sobre que tipo de desenvolvimento se está falando. Por outro lado, para

---

entender que tipo de desenvolvimento queremos é preciso esclarecer o que entendemos como não desenvolvimento.

Não entendemos desenvolvimento apenas como crescimento econômico, adquirido pelo aumento da produção e do valor financeiro da produção que resultaria como acumulação de riquezas

Entendemos desenvolvimento “como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente humana e social” (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Concordando com o conceito acima, o desenvolvimento para o campo no Estado do Tocantins trata da discussão conceitual baseada em autores que não possuem a visão fechada da Economia e, sim, naqueles que entendem uma ideia mais socialista de desenvolvimento, especialmente quando se trata de desenvolvimento do campo.

Historicamente, o desenvolvimento do campo brasileiro foi pensado apenas como crescimento econômico e as políticas públicas desenvolvimentistas contribuíram para aumentar as desigualdades sociais e promover a expulsão do camponês da terra.

Um modelo de desenvolvimento no qual o homem se torna algoz de seu igual. Esse modelo de desenvolvimento que privilegia a agricultura capitalista em detrimento do trabalho camponês, somente contribuiu para a miséria e lutas no campo.

Sobre o modelo de desenvolvimento pautado no crescimento das riquezas, afirmamos que se torna sem sentido discuti-lo neste trabalho, pois apenas contribui para a concentração da riqueza nas mãos de poucos promovendo uma espécie de chagada da violência do campo, colocando trabalhadores sem terra a enfrentarem a injustiça dos capitalistas capitaneados pelo agronegócio e apoiado pelo Estado.

O desenvolvimento que queremos discutir para o campo tocantinense é aquele que permite ao camponês ter a posse da terra, terra de trabalho e não terra de negócio. Permite ao camponês ter autonomia sobre seu trabalho e alcançar a emancipação pelo auto-sustento. É aquele que permite ao camponês ter orgulho de sua identidade cultural, sem que para isso abra mão dos múltiplos conhecimentos que a tecnologia pode proporcionar. Um desenvolvimento que proporcione ao camponês ser historicamente o que sempre foi sem abrir mão das suas tradições, inclusive tradições de uma classe revolucionária, que nasce e renasce na luta pela reforma agrária em todas as partes do mundo. Ser ouvido e atendido em todas as necessidades, em especial, no que se refere

---

ao respeito à terra e aos recursos naturais que à terra pertencem.

Não temos dúvidas ao afirmar que esse tipo de desenvolvimento somente poderá ser alcançado por meio da educação, mas não de qualquer educação. Falamos aqui de uma educação que proporcione ao educando todos os aspectos discutidos até esse ponto de nosso trabalho. Desenvolvimento da cidadania, preservação da identidade camponesa, respeito ao valor do trabalho social e promoção da autonomia são questões determinantes no estabelecimento de uma educação para o desenvolvimento.

A escola do campo não pode se eximir de seu papel de agente promotor de desenvolvimento. Perde a razão de sua existência uma escola que desenvolve um trabalho meramente reprodutor da educação urbana, classificadora, discriminatória e desvinculada da realidade do camponês.

Uma escola voltada aos interesses do campo deve se fazer presente na comunidade e permitir que a comunidade dela se beneficie. Deve promover mudanças na vida da comunidade. Mas não somente mudanças tecnológicas, “adestradoras” de mão de obra. Deve promover mudanças que promova melhoria nas condições de saúde, de trabalho, de moradia, enfim, de qualidade de vida.

Sem desviar o olhar do objetivo primeiro desse trabalho, procuramos mostrar a atuação das escolas naqueles pontos que contribuem diretamente para que o campo tenha um desenvolvimento no qual o ser humano não deve descartado.

Com base nos depoimentos das entrevistas e nas respostas dos questionários, podemos afirmar que as escolas pesquisadas estão contribuindo para o desenvolvimento do campo, ainda que por vieses diferentes. Na Escola de Canuanã, algumas atividades e projetos específicos são desenvolvidos junto à comunidade tem contribuído para uma melhoria na qualidade de vida dos moradores dessa comunidade, conforme observamos pelo conteúdo da entrevista realizada:

Esse ano tem um aluno que me procurou que quer comprar alguns suínos. Que ele quer iniciar uma criação de suínos na casa do pai dele. Então isso é legal. Já mandamos pra São Paulo a proposta pra fazer a venda pra ele, que eu acho que é uma coisa que a gente tem que estimular. É...o professor Rubiam esse ano desenvolveu um projeto muito interessante que foi da....da mini empresa. Onde eles produziram, no primeiro semestre, produtos de carne, então tipo embutidos, é... o hambúrguer, e puderam vender dentro da comunidade da escola. Então por exemplo eles produziram 10 quilos de hambúrguer. Cada 10 quilos de hambúrguer, pra pagar a matéria prima que eles usaram – que é da escola – eles tinham que dar dois quilos pra escola. Os outros quilos eles poderiam vender para a comunidade. Então isso mexeu muito com eles [...]

Então tem alunos falando: a gente vai dar continuidade disso lá fora. [...] Isso fez o que? Fez eles entenderem que é possível, que eles podem fazer algo diferente. [...]. O médico nosso, o Cícero, ele tem um projeto que chama GSR – Grupo de Saúde Rural. Ele pega um grupo de 30 alunos todo o final de semana – voluntários – tanto eles como os alunos a cada 15 dias e vão nos assentamentos. No assentamento o que eles fazem? Eles ensinam a fazer uma horta, uma horta medicinal, [...] eles vêem a qualidade da água...um monte de atividades que vem ao encontro das necessidades deles. E esse foi o quarto ano consecutivo que tem um pessoal da USP que vem junto, de Harvard, passa janeiro aqui desenvolvendo tecnologias simples para colocar em prática nos assentamentos. Também houve a criação do leite aqui no assentamento. Eu acho que foi um pouco da pressão da escola com a comunidade política e com os próprios alunos. Então no ano passado foi implantado dentro do assentamento um tanque de produção de leite [...] e eles já estão vendendo leite pra esse pessoal hoje. Então... quer dizer, pessoas que não tinham R\$ 10,00 de renda hoje já tem R\$ 150,00, R\$ 200,00 por mês de venda de leite com uma ou duas vaquinhas lá que ele tira 10 litros por dia. [...] Essa é a função da escola, é mostrar caminhos pra eles. Se eles vão seguir eu acho que a escola não pode obrigar. [...] Acho que a escola tem que inquietá-los, acho que esse é o papel nosso. [...] É fácil atuar, mas não é fácil fazer mudanças. (Entrevista concedida em 12 de novembro de 2009)

Em relação ao desenvolvimento do humano e da politização do camponês, podemos perceber que a EFA prioriza uma educação não só para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento científico e, primordialmente, para a valorização do ser. Abaixo segue o depoimento de um professor que foi aluno da EFA.

Eu passei pela escola na segunda fase do ensino fundamental. Eu estive nessa fase na escola e saí pra fazer o ensino médio. Talvez o ensino médio me marcou profissionalmente enquanto conteúdo científico, né, mas enquanto pessoa, de participar, de...né? essa pessoa mais politizada [...] a outra escola não contribuiu tanto quanto a EFA. Embora estava na EFA numa fase jovem, talvez, mais nova, mas mesmo assim me marcou muito e a contribuição foi muito grande na continuação do estudo e sobretudo na área do campo, em defender o campo onde que seja e, principalmente, na busca de políticas públicas e tudo o mais. Passei aqui quatro anos mas são quatro anos que carrego daqui situações pra vida inteira. [...] Você está fora mas você nunca esquece.[...] Não sei se eu não tivesse passado por aqui se eu ainda estaria no campo. (Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2009)

Os professores da EFA também apresentam outros exemplos de depoimentos que mostram como a EFA promove um desenvolvimento pessoal em sua forma de agir.

Nós temos tido várias visitas de estudantes que vem de vontade própria e dá verdadeiros depoimentos para os que estão aqui pra poder valorizar até mais do que eles esse espaço. Nesse sentido de...se não tivesse passado por aqui ele não estaria, não seria..ou “o que seria de mim se não tivesse passado por aqui?”. São uma série de coisas que são colocadas, destrinchadas por eles próprios e que nos leva a crer que nós estamos no caminho certo e que é isso mesmo...[...]. Se não tivesse passado pela EFA não seria a pessoa que é. Então vai além da questão do conteúdo. [...] Esse lado mais humano, mais político, mais participativo, então ele sobressai muito. Talvez em conteúdo científico ele não seja tão forte quanto é esse outro lado. (Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2009)

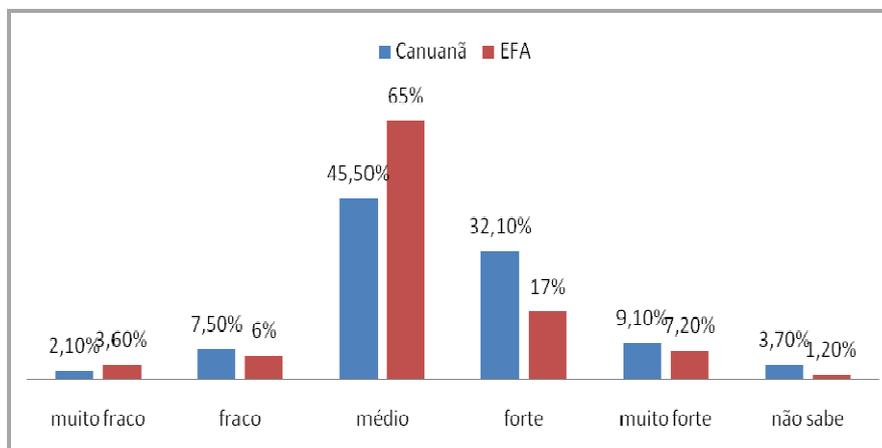
Os professores da EFA afirmam que o campo está passando por um momento de reestruturação e, contraditoriamente, acreditam que, pelas transformações sociais ocorridas no campo, nos últimos tempos, a agricultura camponesa deverá andar sempre mais alinhada ao agronegócio. Entretanto, segundo depoimento, a escola não enfatiza o estreitamento dessa relação, mas procura mostrar as diversas opções para que o aluno tenha possibilidades de escolha:

Agora, o que é que nós temos hoje de mais real? 84% dos jovens que passam pelas EFA's continuam ou no campo ou vinculado a alguma atividade voltada pro campo. [...] No nosso trabalho, na nossa luta, a gente acredita que a gente está atendendo mais o campo, chegando mais perto do que a gente realmente deseja do que...quer dizer: tem mais jovens vivendo ou trabalhando ou fazendo alguma atividade em função do campo do que os que saem e acabam mesmo indo pra outra...um outro lado que também não quer dizer que não seja bom. Nós temos que trabalhar nos jovens as escolhas. Agora que sejam escolhas que levem ele a uma qualidade de vida melhor onde ele estiver. [...]. E quando a gente trabalha o profissional lá no curso técnico, por exemplo, que ele tem a oficina lá de projetos, você trabalha com ele na perspectiva de que ele possa criar o projeto dele, um projeto viável, que ele possa implantar, que ele possa trabalhar ali na propriedade que ele reside. Mas nem sempre isso acontece. [...] Quando você fala em educação você tem que dar qualquer informação que ele queira [...] 42% da soja no último ano veio da agricultura familiar, você tem a cana... Então... que dizer, não dá pra separar mais hoje e dizer que agricultor familiar tá de um lado e o agronegócio tá de outro. Não dá mais pra fazer isso. Nós temos hoje a legislação específica, por exemplo, no caso do leite. Então tudo indica que o próprio agricultor familiar vai ter que se enquadrar em alguma situação em relação ao agronegócio, ou senão vai ter que se organizar de uma forma que permita a ele comercializar essas coisas. [...] A gente acredita que esse novo modelo de campo que vem por aí, muita coisa vai andar lado a lado. [...] Nós trabalhamos a agricultura familiar como um tema de Plano de Estudo. Nós trabalhamos também com as famílias. Quando a gente reúne as famílias uma vez bimestralmente, a gente também discute formas empreendedoras de desenvolver o campo. Então nós trabalhamos com os estudantes: Agricultura Familiar é um tema específico: o que é, qual a legislação, nós trabalhamos políticas de crédito, como conseguir o crédito. Nós trabalhamos turismo rural, como é que desenvolve o turismo na comunidade. [...] A gente dá as ferramentas pro indivíduo buscar o que ele quer, as maneiras que ele vai desenvolver o espaço em que ele vive.[...] O nosso público hoje são agricultores familiares e aí você tem que trabalhar com eles no sentido de que eles, como agricultores familiares...resgatar com eles que ainda é a agricultura familiar que ainda sustenta esse país, né? Trabalhar com eles nesse sentido. E a gente trabalha muito isso. [...] É claro, se ele é um agricultor familiar ele vai investir numa vida qualificada no meio em que ele vive. (Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2009)

Na pesquisa com os alunos, colocamos algumas perguntas no questionário com o intuito de investigar como eles percebiam a importância da escola no processo das mudanças ocorridas na comunidade. Buscamos informações a respeito da participação

da comunidade na escola, na importância que a comunidade dá para as atividades da escola e, principalmente, como ele, o maior interessado na atuação da escola a considera como agente de desenvolvimento local.

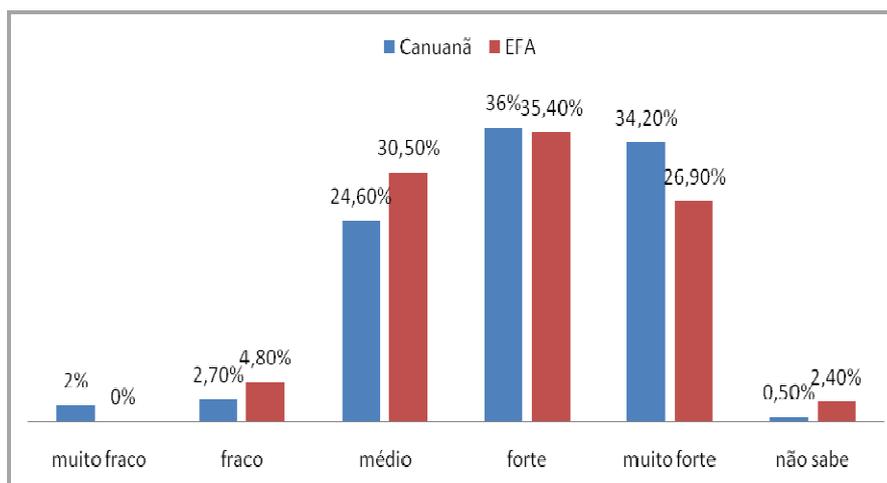
O Gráfico 02 nos mostra que os alunos percebem uma participação bastante grande da comunidade nas atividades extracurriculares de ambas as escolas. Vê-se que 32,1% dos alunos de Canuanã consideram que a comunidade tem um forte envolvimento com a escola. Já na EFA, essa porcentagem é quase a metade, 17%, pois na EFA 65% dos alunos percebem que o envolvimento da comunidade é médio, ou seja, apesar de a mesma estar envolvida com as atividades da escola, esse envolvimento não é tão intenso.



**Gráfico 2 - Envioimento das pessoas da comunidade nas atividades extra-curriculares da escola**

Fonte: resultado de pesquisa de campo – organizado pela autora

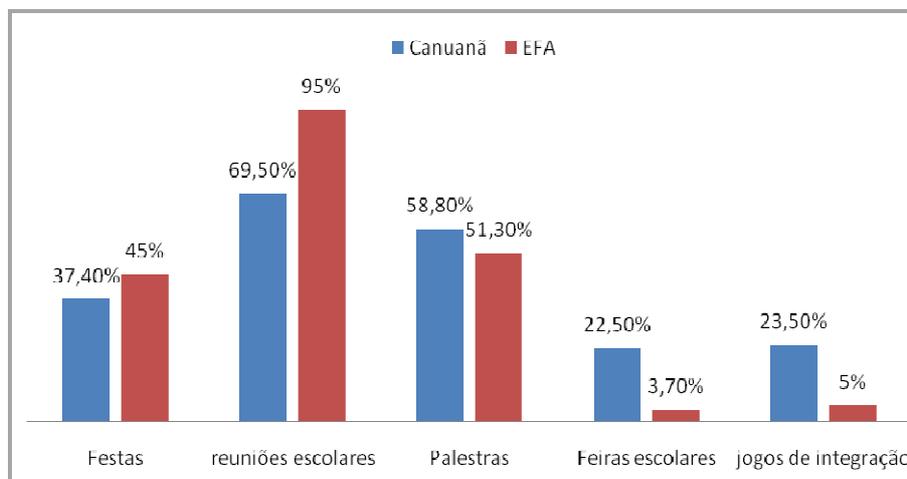
O gráfico 03 mostra que Canuanã representa um grande bem para a comunidade na qual está inserida. Podemos observar que 70% dos alunos consideram que a comunidade atribui à Escola um valor forte ou muito forte. Na EFA, apesar de apresentar uma porcentagem inferior, 66,3%, também se percebe que a comunidade considera que a escola representa um bem de valor para si.



**Gráfico 3 - Valor que as pessoas da comunidade atribuem à escola**

Fonte: resultado de pesquisa de campo – organizado pela autora

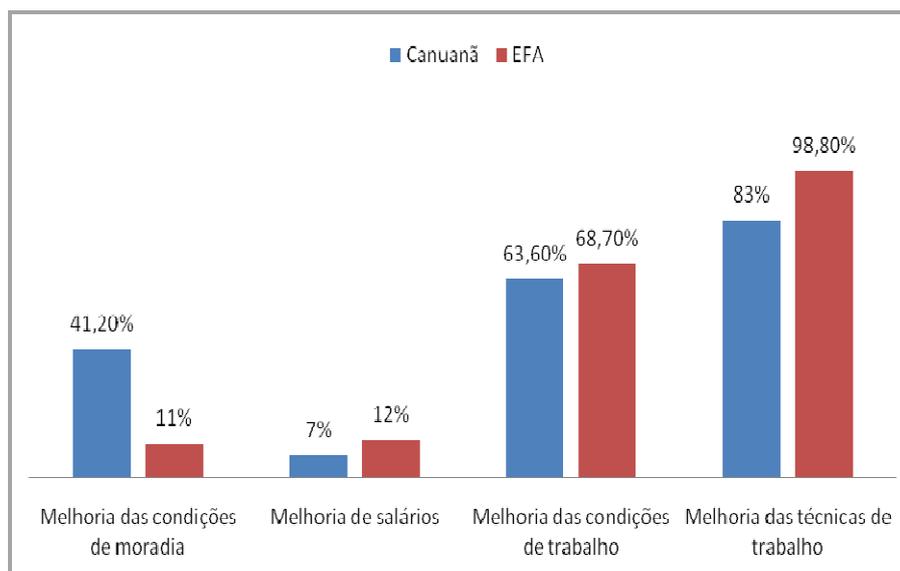
O gráfico 04 apresenta os momentos em que a comunidade mais participa das atividades promovidas pela escola. Reuniões escolares e palestras são as duas atividades que conseguem trazer a comunidade para a escola com maior frequência.



**Gráfico 4 - Momentos em que a comunidade mais participa das atividades da escola**

Fonte: resultado de pesquisa de campo – organizado pela autora

Pelo gráfico 05 é possível verificar que a maior mudança promovida pela escola na vida de seus alunos diz respeito às condições e técnicas de trabalho. Na Escola de Canuanã percebemos, também, uma modificação considerável na melhoria das condições de moradia.

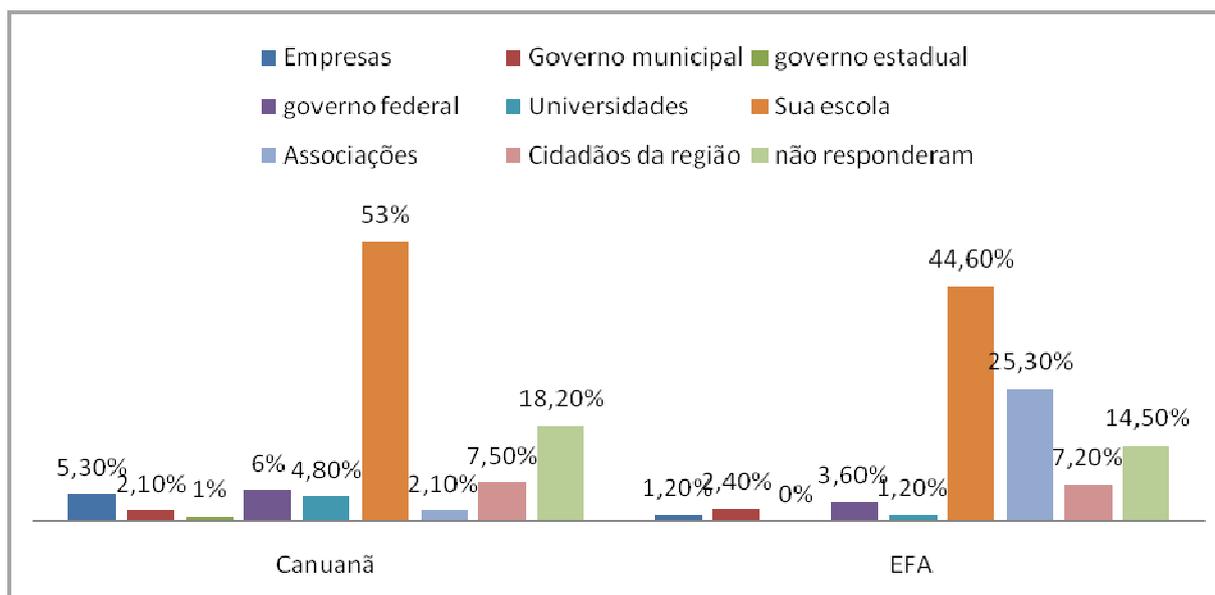


**Gráfico 5 - Benefícios que a atuação da escola proporcionou à vida dos alunos**

Fonte: resultado de pesquisa de campo – organizado pela autora

Percebemos, com isso, que a comunidade realmente considera a escola um local de referência e de melhoria para suas condições de vida.

Colocamos também no questionário uma questão na qual os alunos deveriam enumerar, por grau de importância, dentre as organizações ali colocadas, quais, na opinião deles, mais contribuíam para mudanças na comunidade. Dentre as opções estavam o governo, as empresas, associações, as pessoas e a escola. O que observamos foi que tanto em Canuanã quanto na EFA, a maioria dos alunos consideraram a escola como maior agente de transformação da região.



**Gráfico 6 - Organizações que mais contribuem para mudanças e melhorias na comunidade, em porcentagem**

Fonte: resultado de pesquisa de campo – organizado pela autora

Esse resultado só reforçou um dos fatores presentes desde os momentos iniciais da pesquisa, que é o fato das escolas aparecem como espaços de grande importância para o desenvolvimento da comunidade.

É pela atuação da escola que as pessoas que tivemos contato acreditam adquirir conhecimentos que provocam a melhoria do seu bem estar por meio da satisfação de suas necessidades. Acreditam, principalmente os professores e alunos, que a escola quando pensada corretamente, ou seja, quando atua pelos princípios de uma pedagogia para a autonomia, oferece igualdade de oportunidades, por meio do acesso ao conhecimento, amenizando, assim, as desigualdades sociais e econômicas.

Em especial, as escolas do campo, ao atuarem para a autonomia, permitem que recursos naturais sejam preservados e utilizados para a melhoria de toda a comunidade, desenvolvendo o potencial criativo, promovendo a integração solidária. Mas como fator mais importante, a escola permite a valorização do patrimônio natural, histórico, pessoal, cultural e dos saberes próprios da comunidade na qual está inserida. A educação promove desenvolvimento e a falta dela apenas um crescimento desordenado que favorece a poucos.

Por essa razão, o poder público, em todas as suas instâncias, não pode se eximir da sua função enquanto promotor de condições favoráveis à essa educação no campo.

---

A pesquisa analisou a realidade de apenas duas escolas, as quais possuem condições para realizarem bem as suas funções. Mas é preciso lembrar das outras que se encontram no campo. Escolas nas quais as condições de precariedade, tanto de estrutura quanto de profissionais que, apesar da boa vontade e da dedicação, trabalham uma educação urbanizada, não permitindo assim que a comunidade tenha da escola o benefício que se espera.

Defendemos um modelo de educação que faça a diferença na vida não só dos seus alunos, mas de toda a comunidade na qual está inserida, provocando mudanças e melhorias, mas principalmente que promova a autonomia e emancipação do camponês. Vejamos o que Lira ressaltou:

Só estamos falando sério sobre ensino e campesinato[...] não perdendo de vista a inserção em seus conteúdos de temas pertinentes ao entendimento da necessidade de uma discussão permanente sob a luz da continuidade da compreensão, aceitação e tomada de partida de que existe no campo brasileiro um processo em pleno curso de construção e reconstrução de identidade camponesa se espalhando por todas as regiões do Brasil. (LIRA, 2003, p. 44)

Portanto, podemos afirmar que as escolas, quando possuem o respaldo e as condições necessárias para sua atuação, são um grande vetor de desenvolvimento no campo, pois contribuem significativamente para as mudanças na vida da comunidade.

### **Considerações finais**

O presente trabalho teve por objetivo investigar o papel das escolas no desenvolvimento do campo no estado do Tocantins.

Por meio da pesquisa realizada foi possível constatar que a Escola de Canuanã pratica uma educação tradicional, voltada à profissionalização e à empregabilidade do trabalhador do campo como funcionário de grandes fazendas ou órgãos de extensão rural. Nesse sentido atua como agente de desenvolvimento do agronegócio, não enfatizando a permanência do educando no campo. Suas ações não estão direcionadas à manutenção da identidade camponesa, mas à melhoria de condições de vida do camponês mediante o assalariamento dos membros de sua família.

Ainda assim, pelos dados coletados, podemos afirmar que a escola de Canuanã é um agente de mudanças, pois, apesar de suas ações estarem direcionadas à manutenção

---

do agronegócio, algumas atividades desenvolvidas junto à comunidade na qual está inserida proporcionam melhoria das suas condições de vida no campo.

A EFA, por meio da proposta da Alternância, procura desenvolver suas atividades voltadas ao modo de produção camponesa. Suas ações pedagógicas estão voltadas a fazer com que o educando se identifique como camponês e defenda as causas do campo em qualquer meio em que estiver inserido. Entretanto, apesar de suas propostas estarem voltadas à manutenção da identidade camponesa, não dá mais tanta ênfase à permanência do educando no campo.

Podemos afirmar que a EFA oferece uma educação que proporciona o desenvolvimento do campo, pois colabora para formar um cidadão mais crítico e consciente de seu papel na sociedade, colabora no processo de reconstrução da identidade camponesa, além de proporcionar o crescimento econômico das famílias da comunidade na qual está inserida. Por meio das suas ações, procura formar um cidadão mais politizado, que luta pelos seus direitos e de sua comunidade.

Ressalta-se que ainda existem muitas coisas a conquistar para garantir uma educação do campo que colabore efetivamente com uma forma de desenvolvimento que vá além do crescimento econômico.

Dessa forma, é possível afirmar que, por meio da análise das propostas das escolas de Canuanã e Família Agrícola, a educação tem um papel importante no desenvolvimento de uma região. Em se tratando de educação do campo, esse papel é ainda mais fundamental, haja vista a comunidade perceber na escola o maior agente de transformação e melhorias. Entretanto, para que o Tocantins pratique uma educação do campo, será necessário ainda maior empenho, tanto do poder público, oferecendo os recursos adequados e necessários, quanto da comunidade, que deve ser sempre um agente de cobrança para a conquista de seus direitos.

### **Referências**

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. GERHARDT, Klaus Brandini. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2)

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL. **Projeto Político Pedagógico**. Porto Nacional, TO, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Século XXI**. Dicionário Eletrônico Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOVERNO DO TOCANTINS. Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins – SEDUC. **Plano Estadual de Educação PEE 2006/2015**. Palmas, TO, 2006.

LIRA, Elizeu. A comunidade Jacotinga: a luta pela posse da terra na Região de Porto Nacional-TO. In.: **Revista Produção Acadêmica**, n 1, p. 42-46, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre os conceitos de desenvolvimento. In.: **Revista FAE**, Curitiba, v 5, n 2, mai/ago, 2002, p. 37-48.

RIBEIRO, Marlene. **Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?** In.: *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 14, n 42, set-dez, 2009, p.423-439.

Artigo recebido em 29/03/2011 e aceito para publicação em 15/06/2011.